

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO
DO SUL S.A. - SANESUL

Relatório de revisão do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2024

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2024

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Balanços patrimoniais intermediários

Demonstrações intermediárias do resultado

Demonstrações intermediárias do resultado abrangente

Demonstrações intermediárias as mutações do patrimônio líquido

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa

Demonstrações intermediárias dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores e Conselheiros da
Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL
Campo Grande - MS

Revisamos os balanços patrimoniais da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL (“Companhia”) em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é de emitir um relatório sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis intermediárias e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é de expressar uma conclusão sobre estas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2024 não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração dos Valores Adicionados (DVA)

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de três meses, findo em 30 de junho de 2024, preparadas sob a responsabilidade da Administração.



Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, com as informações contábeis intermediárias.

Campo Grande, 19 de agosto de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MS 000992/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'José Martins Alves', written over a faint blue circular stamp.

José Martins Alves
Contador CRC 1 MS 9938/O-0

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20



Balanços patrimoniais intermediários

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	30/06/2024	31/12/2023		Nota Explicativa	30/06/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	14.864	15.197	Fornecedores	12	71.460	81.856
Aplicações financeiras	5	73.692	86.361	Empréstimos e financiamentos	13	35.511	33.401
Contas a receber	6	118.194	122.407	Obrigações trabalhistas	14	33.673	32.755
Estoques	7	27.395	30.039	Obrigações tributárias		12.107	11.462
Impostos a recuperar		13.912	9.832	Juros sobre capital próprio	15	37.075	-
Outros créditos		1.943	6.352	Outras contas a pagar		13.587	16.936
		250.000	270.188			203.413	176.410
Não circulante				Não circulante			
Depósitos em garantia	8	10.068	9.652	Empréstimos e financiamentos	13	410.204	387.799
Depósitos judiciais		751	751	Contingências	16	38.315	36.508
Imposto de renda e contribuição social diferidos		31.012	30.054	Outras contas a pagar		8.225	11.665
Ativo financeiro	9	151.160	146.896			456.744	435.972
Imobilizado	10	79.328	76.051				
Intangível	11	1.282.976	1.224.883	Patrimônio líquido			
		1.555.295	1.488.287	Capital social	18.a	891.788	891.788
				Reserva de lucros	18.b	253.350	254.305
						1.145.138	1.146.093
Total do ativo		1.805.295	1.758.475	Total do passivo e patrimônio líquido		1.805.295	1.758.475

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20



Demonstrações do resultado intermediárias

Trimestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	30/06/2024	30/06/2023
Receita operacional líquida	19	402.934	340.407
Custo de operação e manutenção	20	(257.986)	(231.038)
Lucro bruto		144.948	109.369
Despesas e receitas operacionais			
Despesas comerciais	21	(6.608)	(6.068)
Despesas administrativas	22	(95.250)	(64.858)
Outras receitas e despesas, líquidas	23	3.739	(14.067)
		(98.119)	(84.993)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		46.829	24.376
Encargos financeiros líquidos	24	(9.127)	(3.426)
Resultado antes dos impostos		37.702	20.950
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente		(2.540)	(6.471)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido		958	(2.100)
		(1.582)	(8.571)
Lucro líquido do período		36.120	12.379
Lucro por ação do capital social (Em R\$)		0,13	0,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20



Demonstrações do resultado abrangente intermediárias

Trimestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado do período	36.120	12.379
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>36.120</u>	<u>12.379</u>
Total do resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas	36.120	12.379
	<u>36.120</u>	<u>12.379</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediárias

Trimestres findos em 30 de junho 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de lucros			Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		Incentivo	Legal	Para Investimento			
Saldos em 01 de janeiro de 2023	816.609	10.596	53.180	196.578	-	-	1.076.963
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	12.379	12.379
Juros sobre capital próprio	-	-	(39.056)	-	-	-	(39.056)
Saldos em 30 de junho de 2023	816.609	10.596	14.124	196.578	-	12.379	1.050.286
Saldos em 01 de janeiro de 2024	891.788	14.546	56.636	183.123	-	-	1.146.093
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	36.120	36.120
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(37.075)	(37.075)
Reserva retenção de lucros	-	-	-	-	955	(955)	-
Saldos em 30 de junho de 2024	891.788	14.546	56.636	183.123	955	(1.910)	1.145.138

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20



Demonstrações dos fluxos de caixa intermediárias

Trimestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	36.120	12.379
Ajustes para:		
Amortizações do intangível	25.501	19.014
Depreciações	3.333	3.454
Provisão para perdas esperadas	6.793	8.082
Custo na alienação do intangível	23	545
Custo na alienação do imobilizado	17	224
Provisão para contingências	1.807	(11.802)
Impostos diferidos IR/CSLL	(958)	2.100
Encargos financeiros sobre financiamentos de obras	18.097	15.278
	<u>90.733</u>	<u>49.274</u>
Variação dos ativos operacionais		
Contas a receber	(2.580)	(1.441)
Estoques	2.644	859
Impostos e contribuições a recuperar	(4.080)	(7.549)
Depósitos judiciais	-	9
Outros créditos	4.409	(758)
	<u>393</u>	<u>(8.880)</u>
Variação dos passivos operacionais		
Fornecedores	(10.396)	4.934
Obrigações trabalhistas	918	4.548
Impostos e contribuições	645	4.592
Parcelamentos tributos e contribuições sociais	-	-
Outras contas a pagar	(6.789)	18.114
Pagamentos de juros sobre financiamentos para obras	(17.923)	(14.989)
	<u>(33.545)</u>	<u>17.199</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>57.581</u>	<u>57.593</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	12.253	9.599
Intangível	(87.881)	(97.043)
Imobilizado	(6.627)	(5.638)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos	<u>(82.255)</u>	<u>(93.082)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos		
Financiamentos obtidos para obras	34.354	47.496
Amortizações de financiamentos para obras	(10.013)	(6.844)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos	<u>24.341</u>	<u>40.652</u>
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>(333)</u>	<u>5.163</u>
Caixa e equivalente no início do período	15.197	4.939
Caixa e equivalente no final do período	14.864	10.102
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>(333)</u>	<u>5.163</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20



Demonstrações dos valores adicionados intermediárias

Trimestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Receitas		
Receitas operacionais	444.356	375.482
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.794)	(8.082)
Outras receitas	3.739	(14.067)
	<u>441.301</u>	<u>353.333</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Produtos químicos consumidos	(7.132)	(7.850)
Outros materiais consumidos	(23.591)	(22.148)
Energia elétrica	(45.708)	(40.343)
Serviços de terceiros contratados	(124.648)	(113.115)
Outras despesas operacionais	(13.457)	1.430
	<u>(214.537)</u>	<u>(182.026)</u>
Valor adicionado bruto	<u>226.764</u>	<u>171.307</u>
Depreciações e amortizações		
Amortizações do intangível	(25.501)	(19.014)
Depreciações	(3.333)	(3.454)
	<u>(28.835)</u>	<u>(22.468)</u>
Valor adicionado líquido	<u>197.929</u>	<u>148.839</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6.857	10.107
Valor adicionado total a distribuir	<u>204.786</u>	<u>158.946</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados e administradores	-	-
Salários e encargos sociais	87.677	75.996
Honorários da diretoria e conselhos	1.278	1.281
Programa de participação nos resultados	49	165
	<u>89.004</u>	<u>77.442</u>
Governos		
Tributos federais	51.455	48.120
Tributos federais diferidos	(958)	2.100
	<u>50.496</u>	<u>50.220</u>
Financiadores		
Aluguéis	13.182	5.372
Encargos financeiros	15.984	13.533
	<u>29.166</u>	<u>18.905</u>
Acionistas		
Juros sobre capital próprio	37.075	39.056
	<u>37.075</u>	<u>39.056</u>
Lucros retidos do período	(955)	(26.677)
Valor total	<u>204.786</u>	<u>158.946</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. – SANESUL está localizada na Rua Doutor Zerbini, nº 421, Bairro Chácara Cachoeira, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Companhia criada pelo Decreto Estadual nº 71, de 26 de janeiro de 1979, é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Estado de Mato Grosso do Sul e por ela supervisionada, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com capital subscrito pelo Estado. É regida pela legislação federal e estadual, que disciplinam as atividades relacionadas ao saneamento básico, pela legislação aplicável às sociedades por ações e por seu estatuto.

Tem por objeto social a exploração dos serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos; de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos; serviços relativos à saúde da população, prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e certificação nessas áreas de atuação, bem como outros serviços de interesse para a Companhia e para o Estado de Mato Grosso do Sul, dentro e fora de seus limites territoriais. Atualmente as operações da Companhia são representadas por 68 concessões, representadas pelos seguintes:

Municípios	Data assinatura do contrato	Cronograma de vencimento	Prazo da concessão	Prazo da concessão restante (anos)
Água Clara	10 fevereiro, 2020	10 fevereiro, 2050	30	25,6
Alcinópolis	21 março, 2011	21 março, 2041	30	16,7
Amambai	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	14,4
Anastacio	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	14,3
Anaurilândia	22 maio, 2019	22 maio, 2049	30	24,8
Angélica	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	14,4
Antônio João	3 agosto, 2011	3 agosto, 2041	30	17,1
Aparecida do Taboado (a)	5 julho, 2000	5 julho, 2020	20	Vencido
Aquidauana	15 agosto, 2011	15 agosto, 2041	30	17,1
Aral Moreira	23 março, 2010	23 março, 2040	30	15,7
Bataguassu	9 setembro, 2011	9 setembro, 2041	30	17,2
Bataiporã	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	14,4
Bodoquena	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	14,4
Bonito	29 março, 2016	29 março, 2046	30	21,7
Brasilândia	21 dezembro, 2015	21 dezembro, 2045	30	21,4
Caarapó	16 maio, 2019	16 maio, 2049	30	24,8
Camapuã	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	14,3
Caracol	13 setembro, 2011	13 setembro, 2041	30	17,2
Chapadão do Sul	10 agosto, 2010	10 agosto, 2040	30	16,1
Coronel Sapucaia	15 dezembro, 2009	15 dezembro, 2039	30	15,4
Corumbá	23 maio, 2019	23 maio, 2049	30	24,8
Coxim (b)	3 julho, 2023	3 julho, 2043	20	19,0
Deodapolis	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	17,4
Dois Irmãos do Buriti	16 maio, 2019	16 maio, 2049	30	24,8
Douradina	15 maio, 2019	15 maio, 2049	30	24,8
Dourados	9 setembro, 2019	9 setembro, 2049	30	25,2
Eldorado	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	17,4
Fátima do Sul	16 outubro, 2019	16 outubro, 2049	30	25,3
Figueirão	20 maio, 2019	20 maio, 2049	30	24,8
Guia Lopes da Laguna	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	14,4
Iguatemi	16 maio, 2019	16 maio, 2049	30	24,8
Inocência	1 outubro, 2009	1 outubro, 2039	30	15,3

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Municípios	Data assinatura do contrato	Cronograma de vencimento	Prazo da concessão	Prazo da concessão restante (anos)
Itaporã	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	14,4
Itaquiraí	5 agosto, 2019	5 agosto, 2049	30	25,1
Ivinhema	4 agosto, 2011	4 agosto, 2041	30	17,1
Japorã	10 julho, 2019	10 julho, 2049	30	25,0
Jardim	24 setembro, 2009	24 setembro, 2039	30	15,2
Jateí	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	14,4
Juti	26 junho, 2019	26 junho, 2049	30	24,9
Ladário	21 dezembro, 2016	21 dezembro, 2046	30	22,4
Laguna Caarapã	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	15,4
Maracaju	10 junho, 2011	10 junho, 2041	30	16,9
Miranda	23 setembro, 2014	23 setembro, 2044	30	20,2
Mundo Novo	29 dezembro, 2010	29 dezembro, 2040	30	16,4
Naviraí	21 dezembro, 2016	21 dezembro, 2046	30	22,4
Nioaque	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	14,3
Nova Alvorada do Sul	7 julho, 2020	7 julho, 2050	30	26,0
Nova Andradina	27 abril, 2011	27 abril, 2041	30	16,8
Novo Horizonte do Sul	17 julho, 2019	17 julho, 2049	30	25,0
Paranaíba	5 dezembro, 2008	5 dezembro, 2038	30	14,4
Paranhos	8 março, 2012	8 março, 2042	30	17,7
Pedro Gomes	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	15,4
Ponta Porã	2 abril, 2012	2 abril, 2042	30	17,8
Porto Murtinho	30 maio, 2011	30 maio, 2041	30	16,9
Ribas do Rio Pardo	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	17,4
Rio Brilhante	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	15,4
Rio Negro	12 setembro, 2008	12 setembro, 2038	30	14,2
Rio Verde	11 março, 2010	11 março, 2040	30	15,7
Santa Rita do Pardo	25 junho, 2019	25 junho, 2049	30	24,9
Selvíria	4 junho, 2013	4 junho, 2043	30	18,9
Sete Quedas	10 julho, 2019	10 julho, 2049	30	25,0
Sidrolândia	15 dezembro, 2009	15 dezembro, 2039	30	15,4
Sonora	11 julho, 2019	11 julho, 2049	30	25,0
Tacuru	29 maio, 2012	29 maio, 2042	30	17,8
Taquarussu	15 outubro, 2019	15 outubro, 2049	30	25,3
Terenos	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	14,3
Três Lagoas	11 fevereiro, 2011	11 fevereiro, 2041	30	16,6
Vicentina	31 julho, 2019	31 julho, 2049	30	25,1

A Sanesul opera, de maneira plena, sistemas de água e esgotamento sanitário em 68 dos 79 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

Dos 68 contratos celebrados com os municípios, 66 são por meio de Contratos Programa, por Gestão Associada, seguindo o previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, um ainda por Convênio de Concessão de Gestão Compartilhada, e um sem qualquer instrumento válido em caráter precário.

a) Aparecida do Taboado

O Convênio de Concessão de Gestão Compartilhada, celebrado em 05 de julho de 2000 com o município de Aparecida do Taboado, venceu em 05 de julho de 2020 e não houve nova contratação em virtude da Câmara Municipal rejeitar o Projeto de Lei Municipal nº 16/2020, datado de 10 de junho de 2020, de autoria do Executivo, que solicitava autorização para firmar Gestão Associada com o Governo do Estado e consequente celebração de novo contrato, seguindo o que possibilitava a Lei Federal nº 11.445/2007 à época.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei Federal nº 14.026/2020, que atualiza o Marco Legal do Saneamento (inclusive a Lei Federal nº 11.445/2007) e extingue, a possibilidade de contratação por dispensa de licitação por meio da Gestão Associada, conforme Art. 10 da legislação:

“Art. 10. A prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, vedada a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária”.

Desde então a Sanesul vem operando os sistemas de água e esgotamento sanitário até que o município decida, uma vez que a titularidade dos serviços é sua, tomar para si a gestão ou concedê-la a terceiro mediante licitação.

O Decreto Federal nº 10.710/2021 regulamentou o artigo 10-B da Lei Federal nº 11.445/2007 e estabeleceu a metodologia para a comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos regulares (contratos de programa) em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização previstas no caput do artigo 11-B da Lei Federal nº 11.445/2007, que determinou o atendimento de 99% da população com abastecimento de água potável e de 90% da população com a coleta e tratamento de esgoto sanitário até dezembro de 2033. O prazo para cumprimento dessa comprovação na Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul (AGEMS), por parte da Companhia, era de até 31 de dezembro de 2021, prazo este que foi cumprido com comprovação da sua capacidade econômico-financeira, com alcance da universalização dos serviços dentro do prazo estipulado. Este mesmo estudo foi protocolado com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) em 27 de dezembro de 2021, conforme determinou o Decreto.

Além da inclusão do fator concorrencial, podemos dizer que outros principais pilares introduzidos pelo Novo Marco Legal foram:

- A instituição de metas para universalização do saneamento até 31 de dezembro de 2033, metas essas que com a formalização da Parceria Público-Privada (PPP) em 2021 serão antecipadas para 2031 onde conforme contrato a cobertura em esgotamento sanitário será de 98% nos sistemas operados pela SANESUL;
- Nacionalização da regulação: apesar de a regulação continuar sob responsabilidade das agências locais/estaduais, a competência para a ANA instituir normas de referência poderá tornar mais rígida a fiscalização dos serviços, impondo às companhias melhores estruturas para cumprimento dessas normativas;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

- Prestação regionalizada dos serviços: o Decreto Federal nº 10.588/2020 foi editado com a finalidade de regulamentar o apoio técnico e financeiro sobre alocação de recursos públicos federais, e com firme propósito de implementar a prestação regionalizada de saneamento com vistas a geração de escala e à garantia da universalização.

b) Coxim

O Convênio de Concessão de Gestão Compartilhada foi prorrogado até 31 de dezembro de 2033, com base no Decreto Federal nº 11.598/2023, que regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização.

Parceria Público-Privada (PPP)

Em 05 de fevereiro de 2021, foi assinado contrato de Parceria Público-Privada (PPP) com a empresa Ambiental MS Pantanal SPE S.A., vencedora do certame licitatório realizada em 23 de outubro de 2020, pelo prazo de 30 anos, na modalidade de concessão administrativa, para universalizar os serviços de esgotamento sanitário em até dez anos nos 68 municípios operados pela SANESUL. Em 05 de maio de 2021, foi assinado a Ordem de Serviço (OS) para início das atividades de operação e manutenção, bem como, dos investimentos necessários à universalização dos serviços. Para o período da contratação, estão previstos investimentos que garantem a operação, a manutenção e a universalização desses serviços; em contrapartida, será atribuída uma remuneração mensal a título de contraprestação, baseada nos volumes a serem faturados de esgotos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 19 de agosto de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Nota Explicativa nº 6: contas a receber (provisão para perdas de crédito esperadas) e reconhecimento da receita não faturada (estimativa baseada na média de consumo);
- b) Nota Explicativa nº 9: ativo financeiro e ativo intangíveis vinculados a concessão – definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente;
- c) Nota Explicativa nº 10: imobilizado (vida útil);
- d) Nota Explicativa nº 11: intangível (vida útil);
- e) Nota Explicativa nº 16: contingências;

2.5. Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis intermediárias.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) Valor Justo por meio do Resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.1.2. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, juros sobre capital próprio e outras contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, fornecedores, empréstimos e financiamentos, juros sobre capital próprio e outras contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

3.3. Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

3.4. Ativo financeiro – contrato de programa

A Lei Federal nº 14.026 de 15 de julho de 2020, que atualizou o Marco Legal do Saneamento, extinguiu a possibilidade de contratação por dispensa de licitação por meio de Gestão Associada, que era prevista pela Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007. A partir dessa, data não há como os municípios delegar os serviços a terceiros sem a obrigatoriedade de licitação, assim a Companhia reconheceu como “Ativo Financeiro” esses créditos no poder concedente, visto que o Novo Marco prevê o direito incondicional de receber indenização pelos investimentos, em sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotos, realizados e que não serão amortizados até os vencimentos dos Contratos.

O valor calculado passível de indenização foi trazido a valor presente com uma taxa de desconto, equivalente a Taxa de Longo Prazo (TLP) vigente em junho de 2024 divulgado pelo Banco Central do Brasil. A Companhia não reconhece perda por impairment sobre eles, tendo em vista que as concessões, por meio de contrato de programa, preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela SANESUL reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Esse crédito a receber possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão, que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões (Nota Explicativa nº 9).

3.5. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão-de-obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Bens registrados no ativo imobilizado são os que não possuem vinculação com concessões de serviços públicos, ou seja, os bens de uso geral.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar os custos de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

As vidas úteis utilizadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- Edificações: 50 anos;
- Móveis e utensílio: 10 anos;
- Equipamentos: 10 anos;
- Computadores e periféricos: 5 anos;
- Equipamentos pesados: 4 anos;
- Veículos: 10 anos;
- Ferramentas: 5 anos.

3.6. Intangível

Contratos de programa

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 11).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente amortizado ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

As obras em andamento (ativos de contrato) são classificadas no ativo Intangível. Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas estações de água e esgoto estão sendo capitalizados como parte de seus custos.

3.7. Redução ao valor recuperável (impairment)

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos não financeiros.

3.8. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita de serviços

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de águas e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, correspondentes a última leitura até a data de encerramento do balanço. A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização.

As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas, de maneira que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia avaliou o conteúdo do pronunciamento do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e não identificou impactos em relação as práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis.

Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final. A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos. A Companhia estima que a margem é zero.

Ativo de contrato/obras em andamento

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro. Quando a Companhia conclui a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato.

Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão. O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro tributário anual.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende as parcelas correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar, com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida, ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.12. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme BRGAAP aplicável somente às companhias abertas.

3.13. Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados. Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado em despesas financeiras. Para fins de publicação das Demonstrações Contábeis, tais juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25:

	30/06/2024	31/12/2023
Conta movimento	4.160	6.847
Conta arrecadação	9	275
Fundo fixo	5	25
Conta vinculada	7.703	5.396
Valores em trânsito	2.987	2.564
	<u>14.864</u>	<u>15.197</u>

5. Aplicações financeiras

	30/06/2024	31/12/2023
Banco do Brasil S.A.	35.832	28.150
Caixa Econômica Federal - Aplicação	37.847	58.121
Banco Itaú S.A.	13	90
	<u>73.692</u>	<u>86.361</u>

Esses recursos serão utilizados para investimentos para os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios e demais investimentos previstos nos contratos de programas.

6. Contas a receber

	30/06/2024	31/12/2023
Serviços de água e esgotos	170.875	168.203
Serviços incorridos e não faturados	26.851	30.302
Outros serviços	58.902	57.713
	<u>256.628</u>	<u>256.218</u>
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(138.434)	(133.811)
	<u>118.194</u>	<u>122.407</u>

O cronograma de vencimento dos títulos está relacionado a seguir:

	30/06/2024	31/12/2023
Valores a faturar	26.851	30.302
Valores faturados		
A vencer	66.940	68.745
Vencido de 1 a 30 dias	21.601	24.173
Vencido de 31 a 90 dias	8.077	8.667
Vencido de 91 a 120 dias	2.474	2.278
Vencidos acima de 120 dias	106.998	97.556
	<u>232.941</u>	<u>231.721</u>
Parcelamentos a vencer	23.687	24.497
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas (a)	(138.434)	(133.811)
	<u>118.194</u>	<u>122.407</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2024
 (Valores expressos em milhares de Reais)

- (a) Provisão para perdas de créditos esperadas: a Companhia mensura sua provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

7. Estoques

	30/06/2024	31/12/2023
Material de manutenção e conservação	26.970	29.707
Material de expediente	425	332
	<u>27.395</u>	<u>30.039</u>

São representados por materiais necessários à operacionalização e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos.

8. Depósito em garantia

	30/06/2024	31/12/2023
Caixa Econômica Federal SPE	10.068	9.652
	<u>10.068</u>	<u>9.652</u>

Os recursos depositados na conta garantia são destinados exclusivamente a garantir as obrigações pecuniárias da Companhia perante a SPE em razão do contrato de parceria público privada na gestão dos serviços de esgotamento sanitário, devendo ficar vinculados ao contrato, desde a sua assinatura até o final da liquidação, não podendo ser movimentados.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25.

9. Ativo financeiro

	30/06/2024	31/12/2023
Concessões indenizáveis	151.160	146.896
	<u>151.160</u>	<u>146.896</u>

Refere-se ao montante esperado de recebimento, com o poder concedente, pelos investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que não serão amortizados até o final do prazo das concessões em cada município, oram trazidos a valor presente, com aplicação de uma taxa de desconto de 5,91% ao ano. Taxa equivalente à TLP - Taxa de Longo Prazo vigente em junho de 2024.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

10. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	1º/01/2024	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 30/06/2024
Custo						
Terrenos		5.541	-	(42)	-	5.499
Edificações		40.759	34	860	-	41.653
Móveis e utensílios		11.242	390	-	-	11.632
Equipamentos		13.874	731	7	-	14.612
Veículos		29.893	-	-	(52)	29.841
Equipamentos pesados		29.916	16	-	-	29.932
Computadores		8.697	36	-	-	8.733
Ferramentas/ferramental		346	20	-	-	366
Telefones		6	-	-	-	6
Obras em andamento		7.214	5.442	(867)	-	11.789
		<u>147.488</u>	<u>6.669</u>	<u>(42)</u>	<u>(52)</u>	<u>154.063</u>
Depreciação						
Edificações	2%	(10.023)	(329)	-	-	(10.352)
Móveis e utensílios	10%	(7.757)	(394)	-	-	(8.151)
Equipamentos	10%	(8.732)	(373)	-	-	(9.105)
Veículos	20%	(19.979)	(448)	-	35	(20.392)
Equipamentos pesados	25%	(16.800)	(1.666)	-	-	(18.466)
Computadores	20%	(7.809)	(122)	-	-	(7.931)
Ferramentas/ferramental	20%	(337)	(1)	-	-	(338)
		<u>(71.437)</u>	<u>(3.333)</u>	<u>-</u>	<u>35</u>	<u>(74.735)</u>
		<u>76.051</u>	<u>3.336</u>	<u>(42)</u>	<u>(17)</u>	<u>79.328</u>

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Taxa anual de depreciação	1º/01/2023	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2023
Custo						
Terrenos		5.176	365	-	-	5.541
Edificações		37.539	-	3.220	-	40.759
Móveis e utensílios		10.946	478	-	(182)	11.242
Equipamentos		11.157	2.458	506	(247)	13.874
Veículos		30.595	-	-	(702)	29.893
Equipamentos pesados		32.756	-	-	(2.840)	29.916
Computadores		8.769	124	-	(196)	8.697
Ferramentas/ferramental		341	8	-	(3)	346
Telefones		6	-	-	-	6
Obras em andamento		3.500	7.214	(3.500)	-	7.214
		140.785	10.647	226	(4.170)	147.488
Depreciação						
Edificações	2%	(9.427)	(596)	-	-	(10.023)
Móveis e utensílios	10%	(7.105)	(794)	-	142	(7.757)
Equipamentos	10%	(8.121)	(802)	-	191	(8.732)
Veículos	20%	(19.738)	(837)	-	596	(19.979)
Equipamentos pesados	25%	(16.118)	(3.499)	-	2.817	(16.800)
Computadores	20%	(7.758)	(247)	-	196	(7.809)
Ferramentas/ferramental	20%	(340)	-	-	3	(337)
		(68.607)	(6.775)	-	3.945	(71.437)
		72.178	3.872	226	(225)	76.051

Em 2023, foi contratado empresa especializada para execução dos serviços de revisão de vida útil e valor residual dos ativos, em atendimento ao CPC 27 – Ativo imobilizado, entretanto, tal serviço ainda não foi finalizado pelo fato da grande quantidade de bens em todo o sistema de água e esgoto da Companhia, contudo, o planejamento para finalização do serviço e emissão do laudo de revisão de vida útil deva ocorrer em meados de 2024. O último laudo foi emitido em 2021 sendo necessário o ajuste para a vida útil somente para veículos, de 60 meses para 120 meses de maneira prospectiva.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Intangível

	Saldos em 1º/01/2024	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 30/06/2024
Custo					
Sistemas de abastecimento de água	928.955	15.772	12.435	(37)	957.125
Sistemas de esgotamento sanitário	751.393	12.946	19.047	-	783.386
Subvenções recebidas	(138.260)	(14.687)	-	-	(152.947)
	1.542.088	14.031	31.482	(37)	1.587.564
Amortização					
Sistemas de abastecimento de água	(316.522)	(16.133)	-	14	(332.641)
Sistemas de esgotamento sanitário	(115.533)	(9.368)	-	-	(124.901)
	(432.055)	(25.501)	-	14	(457.542)
Obras em andamento					
Sistemas de abastecimento de água	77.199	21.338	(13.575)	-	84.962
Sistemas de esgotamento sanitário	184.547	52.512	(17.907)	-	219.152
	261.746	73.850	(31.482)	-	304.114
Ativo Financeiro	(146.896)	-	(4.264)	-	(151.160)
	1.224.883	62.380	(4.264)	(23)	1.282.976

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Saldos em 1º/01/2023	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2023
Custo					
Sistemas de abastecimento de água	758.514	49.356	125.130	(4.045)	928.955
Sistemas de esgotamento sanitário	474.140	17.653	260.960	(1.360)	751.393
Subvenções recebidas	(114.226)	(24.034)	-	-	(138.260)
	<u>1.118.428</u>	<u>42.975</u>	<u>386.090</u>	<u>(5.405)</u>	<u>1.542.088</u>
Amortização					
Sistemas de abastecimento de água	(293.786)	(26.681)	-	3.945	(316.522)
Sistemas de esgotamento sanitário	(102.521)	(13.926)	-	914	(115.533)
	<u>(396.307)</u>	<u>(40.607)</u>	<u>-</u>	<u>4.859</u>	<u>(432.055)</u>
Obras em andamento					
Sistemas de abastecimento de água	174.132	30.691	(127.624)	-	77.199
Sistemas de esgotamento sanitário	289.416	153.997	(258.866)	-	184.547
	<u>463.548</u>	<u>184.688</u>	<u>(386.490)</u>	<u>-</u>	<u>261.746</u>
Ativo Financeiro	(116.414)	-	(30.482)	-	(146.896)
	<u>1.069.255</u>	<u>187.056</u>	<u>(30.882)</u>	<u>(546)</u>	<u>1.224.883</u>

O ativo intangível em operação é representado por valores dos investimentos realizados em sistemas de abastecimento de água e esgotos. As taxas de amortização são definidas com base nas estimativas de vida útil dos bens.

O montante líquido de transferência é de R\$ 4.264, referente ao ativo financeiro (Nota Explicativa nº 9).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2024
 (Valores expressos em milhares de Reais)

12. Fornecedores

	30/06/2024	31/12/2023
Fornecedores de serviços e materiais (a)	39.764	46.984
Fornecedores de serviços e materiais a faturar	31.696	34.872
	<u>71.460</u>	<u>81.856</u>

(a) O saldo está representado por Empresas contratadas com fornecimentos de materiais, manutenção, execução de projetos e obras dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários em diversas localidades do Estado de Mato Grosso do Sul.

13. Empréstimos e financiamentos

Tipo de operação	Banco	Juros (a.a.)	30/06/2024	31/12/2023
Programa saneamento p/ todos	CEF	De 6% a 6,5%	445.152	420.076
FCO	BB	2,563%	563	1.124
			<u>445.715</u>	<u>421.200</u>
Circulante			35.511	33.401
Não circulante			410.204	387.799

Os financiamentos com recursos da Caixa Econômica Federal destinaram-se à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotos sanitários, e estão garantidos por aval do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e por bens do ativo.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

2025	2026	2027	2028	Após 2029	Total
31.857	31.857	31.857	31.601	283.032	410.204

Garantias

As operações de financiamentos, são garantidos pelos direitos creditórios referentes à arrecadação de receitas tarifárias.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Os dados de cada contrato estão demonstrados a seguir:

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	30/06/2024	31/12/2023	Credor	Prazo do Cto	Vencimento final
182226-41	Prog San Todos Dourados Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	237	265	CAIXA	234	Jan de 2028
182227-56	Prog San Todos Corumbá Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	349	390	CAIXA	234	Jan de 2028
182228-60	Prog San Todos P. Porã Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	485	542	CAIXA	234	Fev de 2028
180167-94	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	407	452	CAIXA	234	Abr de 2028
291832-99	Prog San Todos P. Porã EPE	UPR juros 6% a.a.	1.729	1.823	CAIXA	240	Dez de 2029
291829-42	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	6.609	6.938	CAIXA	240	Dez de 2029
241693-66	Prog San Todos P. Porã SAA	UPR juros 6% a.a.	1.119	1.198	CAIXA	240	Fev de 2030
241695-85	Prog San Todos Corumbá SAA	UPR juros 6% a.a.	2.674	2.827	CAIXA	240	Fev de 2031
241664-14	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	5.108	5.401	CAIXA	240	Fev de 2031
292251-97	Prog San Todos Corumbá Água	UPR juros 6% a.a.	11.331	11.847	CAIXA	262	Dez de 2031
376949-00	Prog San Todos Iguatemi Água	UPR juros 6% a.a.	653	678	CAIXA	240	Abr de 2033
376903-66	Prog San Todos Itaquiraí Água	UPR juros 6% a.a.	1.353	1.403	CAIXA	240	Jul de 2033
376947-83	Prog San Todos Itaporã Água	UPR juros 6% a.a.	1.760	1.823	CAIXA	240	Out de 2033
376945-45	Prog San Todos Coxim Água	UPR juros 6% a.a.	3.329	3.440	CAIXA	240	Abr de 2034
376927-42	Prog San Todos Rio Verde Água	UPR juros 6% a.a.	2.849	2.944	CAIXA	240	Abr de 2034
426329-70	Prog San Todos Ponta Porã Água	UPR juros 6% a.a.	17.375	17.781	CAIXA	240	Set de 2036
426317-36	Prog San Todos Três Lagoas Água	UPR juros 6% a.a.	24.173	24.223	CAIXA	240	Nov de 2036
426326-47	Prog San Todos Dourados Água	UPR juros 6% a.a.	62.316	62.954	CAIXA	240	Nov de 2037
505682-50	Prog San Todos Amambai Esgoto	UPR juros 6% a.a.	13.332	9.324	CAIXA	248	Fev de 2039
505687-00	Prog San Todos Bataiporã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.475	3.538	CAIXA	248	Fev de 2039
505691-61	Prog San Todos Guia L. Laguna Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.316	8.460	CAIXA	248	Fev de 2039
505701-88	Prog San Todos Paranaíba Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.425	8.110	CAIXA	248	Fev de 2039
505693-89	Prog San Todos Jardim Esgoto	UPR juros 6% a.a.	4.400	3.841	CAIXA	257	Nov de 2039
510884-93	Prog San Todos Sidrolândia Esgoto	UPR juros 6% a.a.	14.005	14.220	CAIXA	260	Fev de 2040
505703-05	Prog San Todos Paranhos Esgoto	UPR juros 6% a.a.	1.805	1.831	CAIXA	264	Jun de 2040
505705-24	Prog San Todos Ribas R.Pardo Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.490	2.527	CAIXA	264	Jun de 2040
505690-57	Prog San Todos Chapadão Sul Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.960	8.409	CAIXA	268	Out de 2040
505695-07	Prog San Todos Maracaju Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.107	5.561	CAIXA	268	Out de 2040
505684-78	Prog San Todos Antonio João Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.813	3.866	CAIXA	271	Jan de 2041
505704-19	Prog San Todos Ponta Porã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.214	8.326	CAIXA	272	Fev de 2041
505696-11	Prog San Todos Naviraí Esgoto	UPR juros 6% a.a.	18.025	12.322	CAIXA	272	Fev de 2041
505699-43	Prog San Todos Nova Andradina Esgoto	UPR juros 6% a.a.	12.390	11.601	CAIXA	272	Fev de 2041
505679-03	Prog San Todos Aquidauana Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.220	7.298	CAIXA	278	Ago de 2041
505707-42	Prog San Todos Terenos Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.250	3.307	CAIXA	247	Jan de 2039
478850-92	Prog San Todos Bonito Água	UPR juros 6% a.a.	3.818	3.914	CAIXA	218	Fev de 2036
521.467-78	Prog San Todos Bataguassu Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.751	3.800	CAIXA	248	Jun de 2041

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	30/06/2024	31/12/2023	Credor	Prazo do Cto	Vencimento final
521.317-57	Prog San Todos Japora Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.454	2.478	CAIXA	247	Mai de 2041
521.477-93	Prog San Todos Anaurilandia Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.879	2.901	CAIXA	250	Ago de 2041
521.473-56	Prog San Todos Anastacio Esgoto	UPR juros 6% a.a.	5.423	5.367	CAIXA	215	Dez de 2038
521.469-96	Prog San Todos Aral Moreira Esgoto	UPR juros 6% a.a.	4.508	4.132	CAIXA	231	Abr de 2040
521.452-01	Prog San Todos Dois Irmãos Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.316	2.341	CAIXA	248	Jan de 2042
521.451-98	Prog San Todos Figueirão Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.742	2.776	CAIXA	253	Nov de 2041
521.450-84	Prog San Todos Iguatemi Esgoto	UPR juros 6% a.a.	6.613	6.671	CAIXA	263	Set de 2042
521.282-48	Prog San Todos Rio Brilhante Esgoto	UPR juros 6% a.a.	6.568	6.680	CAIXA	231	Jan de 2040
521.279-93	Prog San Todos Rio Verde Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.519	3.572	CAIXA	253	Abr de 2040
521.449-43	Prog San Todos Inocência Esgoto	UPR juros 6% a.a.	6.216	6.314	CAIXA	206	Nov de 2039
521.448-39	Prog San Todos Itaporã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	5.784	5.648	CAIXA	196	Jan de 2039
521.321-16	Prog San Todos Ivinhema Esgoto	UPR juros 6% a.a.	21.339	21.349	CAIXA	223	Set de 2041
521.281-34	Prog San Todos Rio Negro Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.441	7.838	CAIXA	189	Dez de 2038
521.278-89	Prog San Todos Santa Rita Pardo Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.247	3.244	CAIXA	240	Nov de 2042
521.312-05	Prog San Todos Mundo Novo Esgoto	UPR juros 6% a.a.	10.669	9.953	CAIXA	216	Jan de 2041
521.314-23	Prog San Todos Laguna Caarapã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.653	2.669	CAIXA	218	Jan de 2041
521.307-31	Prog San Todos Novo Horizonte Sul Esgoto	UPR juros 6% a.a.	6.218	6.289	CAIXA	240	Ago de 2042
521.465-50	Prog San Todos Caarapó Esgoto	UPR juros 6% a.a.	5.237	4.726	CAIXA	240	Ago de 2043
521.283-53	Prog San Todos Pedro Gomes Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.490	7.243	CAIXA	208	Ago de 2040
521.251-70	Prog San Todos Corumbá SAA	UPR juros 6% a.a.	44	45	CAIXA	240	Dez de 2041
521.316-42	Prog San Todos Ladário Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.263	1.791	CAIXA	240	Abr de 2042
521.454-29	Prog San Todos Caracol Esgoto	UPR juros 6% a.a.	4.177	4.196	CAIXA	233	Out de 2043
521.466-64	Prog San Todos Brasilândia Esgoto	UPR juros 6% a.a.	6.928	5.259	CAIXA	240	Jan de 2043
521.310-88	Prog San Todos Nioaque Esgoto	UPR juros 6% a.a.	10.091	8.390	CAIXA	237	Jun de 2043
521.274-41	Prog San Todos Selviria Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.381	4.104	CAIXA	240	Mar de 2043
521.313-19	Prog San Todos Miranda Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.097	2.338	CAIXA	240	Set de 2043
521.270-05	Prog San Todos Camapuã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	4.579	2.165	CAIXA	195	Dez de 2039
544.584-73	Prog San Todos Nova Alvorada Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.532	9.498	CAIXA	240	Mar de 2046
260901992	FCO	2,563%a.a	560	1.119	B.Brasil	54	Dez de 2024
	Juros incorridos a vencer		3.095	2.920			
	Total da dívida		445.715	421.200			
	Circulante		35.511	33.401			
	Não circulante		410.204	387.799			

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2024
 (Valores expressos em milhares de Reais)

14. Obrigações trabalhistas

	30/06/2024	31/12/2023
INSS	2.957	3.493
FGTS	715	1.040
Salários a pagar	5.650	5.225
Rescisões contratuais	27	8
Participação no resultado	-	6.475
Provisões de férias e encargos sociais	18.525	16.514
Provisões de 13º e encargos sociais	5.799	-
	<u>33.673</u>	<u>32.755</u>

15. Juros sobre capital próprio

	30/06/2024	31/12/2023
Estado de Mato Grosso do Sul	37.042	-
AGESUL	33	-
	<u>37.075</u>	<u>-</u>

Por meio de ata de reunião do conselho de administração, foi deliberado para que a Companhia realizasse a contabilização dos juros sobre capital próprio a ser pagos aos acionistas, sendo registrado os juros mensalmente sob a taxa TJLP, conforme a legislação da Lei 9.249, aprovada em 26 de dezembro 1995. Para fins de demonstração e adequação aos princípios contábeis, os respectivos juros foram revertidos na demonstração de resultado na linha de encargos financeiros líquidos para a conta de lucros acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

16. Contingências

A Administração da Companhia adota a política de registro de provisão para fazer frente a processos e notificações envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nos pareceres jurídicos dos advogados, em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas, assim distribuídas:

	30/06/2024	Reconhecidos no resultado	31/12/2023
Ações fiscais (a)	95	16	79
Ações cíveis (b)	24.037	1.460	22.577
Ações trabalhistas (c)	14.183	331	13.852
	<u>38.315</u>	<u>1.808</u>	<u>36.508</u>

- a) Referem-se a diversas ações judiciais, que surgem no curso normal dos negócios;
- b) Outras ações cíveis referem-se a diversas ações judiciais, que surgem no curso normal dos negócios, e por opinião dos consultores jurídicos a probabilidade de perda é provável;
- c) São relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços, oriundos de responsabilidade solidária.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em diversas ações judiciais referentes às questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos representa aproximadamente R\$ 62.163 em 30 de junho de 2024 (R\$ 49.449 em 2023).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

17. Partes relacionadas

Durante o período findo em 30 de junho de 2024, não foram identificadas transações entre partes relacionadas além da remuneração do pessoal-chave da Administração.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 30 de junho de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R\$ 1.728 (R\$ 2.635 em 31 de dezembro 2023) registrados no grupo de despesas administrativas, incluindo salários, remunerações variáveis, benefícios diretos e gratificações por resultado.

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2024 é de R\$ 891.788 (o mesmo em 2023) e está representado por 283.241.754 ações ordinárias sem valor nominal (mesma quantidade em 2023).

b) Reserva de lucros

A reserva de lucros da Companhia é composta por:

- I) Reserva legal: constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social, em 30 de junho de 2024 é de R\$ 56.636 (o mesmo em 2023);
- II) Reserva para investimentos: destinada à aplicação em pagamentos de investimentos previstos no orçamento e/ou aumento de capital social, o montante em 30 de junho de 2024 é de R\$ 183.123 (o mesmo em 2023);
- III) Reserva de incentivo fiscal: constituída pela transferência de parcela do lucro do exercício, correspondente às subvenções para investimentos recebidas e reconhecidas no resultado, em atendimento à Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, o montante em 30 de junho de 2024 é de R\$ 14.546 (o mesmo em 2023).
- IV) Reserva de lucros: destinada à reserva dos lucros apurados no período, o montante em 30 de junho de 2024 é de R\$ 955 (em 2023, não possuía saldo);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2024
 (Valores expressos em milhares de Reais)

19. Receita operacional líquida

	30/06/2024	30/06/2023
Serviço de abastecimento de água		
Residencial social	317	316
Residencial	236.078	201.180
Comercial	24.726	20.512
Industrial	1.192	858
Órgãos públicos	32.707	28.169
Tarifa fixa	44.923	42.077
Outras receitas dos serviços de água	20.899	16.184
Receitas a faturar	(2.922)	(3.090)
	<u>357.920</u>	<u>306.206</u>
Serviços de esgoto		
Residencial social	80	73
Residencial	62.921	49.742
Comercial	10.592	8.810
Industrial	156	83
Órgãos Públicos	13.009	10.946
Outras receitas dos serviços de esgoto	208	232
Receitas a faturar	(530)	(611)
	<u>86.436</u>	<u>69.275</u>
(-) Deduções da receita		
COFINS s/ faturamento	(7.389)	(6.256)
PIS-PASEP s/ faturamento	(34.033)	(28.818)
	<u>(41.422)</u>	<u>(35.074)</u>
	<u>402.934</u>	<u>340.407</u>

A partir de janeiro de 2022, foi implementada a nova estrutura de tarifas da SANESUL, trazendo novas regras para a tarifa social. Novas faixas de consumo para as diversas categorias culminaram com a extinção da conta mínima, que era cobrada para todos os usuários que consumiam menos de 10m³, passando a faturar pelo efetivo consumo. A nova estrutura também trouxe a figura da Tarifa Fixa, que é cobrada em todas as contas emitidas independente se houve consumo ou não.

20. Custo de operação e manutenção

	30/06/2024	30/06/2023
Pessoal	(62.925)	(56.170)
Material	(28.709)	(27.567)
Contraprestação - SPE	(48.902)	(40.929)
Serviços de terceiros	(99.302)	(94.528)
Outros	(4.253)	(3.851)
Depreciações/Amortizações	(25.501)	(19.014)
(-) Créditos PIS-PASEP/COFINS	11.606	11.021
	<u>(257.986)</u>	<u>(231.038)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2024
 (Valores expressos em milhares de Reais)

21. Despesas comerciais

	30/06/2024	30/06/2023
Despesas com pessoal	(2.095)	(1.714)
Despesas com materiais	(7)	(9)
Despesas com serv. de terceiros	(4.484)	(4.330)
Outras despesas	(22)	(15)
	<u>(6.608)</u>	<u>(6.068)</u>

22. Despesas gerais e administrativas

	30/06/2024	30/06/2023
Despesas com pessoal	(42.024)	(35.800)
Despesas com materiais	(2.008)	(2.422)
Despesas com serv. de terceiros	(30.850)	(19.042)
Impostos e contribuições	(1.059)	(1.353)
Despesas com depreciações e amortizações	(3.333)	(3.454)
Provisões para perdas esperadas	(8.601)	3.720
Outras despesas	(7.375)	(6.507)
	<u>(95.250)</u>	<u>(64.858)</u>

23. Outras receitas (despesas) líquidas operacionais

	30/06/2024	30/06/2023
Outras receitas		
Administração de serviço coleta de lixo	2.121	2.421
Doações	-	370
Subvenções para investimentos	2.158	1.898
Venda de bens do ativo imobilizado	-	3.026
Outras	136	211
	<u>4.415</u>	<u>7.926</u>
Outras despesas		
Perdas em processos judiciais	(635)	(21.194)
Custo de bens baixados	(40)	(770)
Outras	(1)	(29)
	<u>(676)</u>	<u>(21.993)</u>
	<u>3.739</u>	<u>(14.067)</u>

24. Resultado financeiro líquido

	30/06/2024	30/06/2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	4.769	7.369
Outras	2.088	2.738
	<u>6.857</u>	<u>10.107</u>
Despesas financeiras		
Caixa (juros, taxas e variações)	(14.490)	(9.680)
Outras	(1.494)	(3.853)
	<u>(15.984)</u>	<u>(13.533)</u>
	<u>(9.127)</u>	<u>(3.426)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

25. Gerenciamento dos riscos financeiros

Esta nota representa informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos, a seguir. São adotadas políticas e processos de mensuração e de gerenciamento dos riscos.

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de liquidez;
- c) Risco de mercado;
- d) Risco de taxa de juros.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de clientes ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados a seguir.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foram:

	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e equivalente de caixa	14.864	15.197
Aplicações financeiras	73.692	86.361
Contas a receber	118.194	122.407
Depósito em Garantia	10.068	9.652
	<u>216.818</u>	<u>233.617</u>

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente, recebíveis no segmento de saneamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2024
 (Valores expressos em milhares de Reais)

Os principais mitigadores do risco de crédito são os Contratos de Programa. A Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços, além disso, existe o fornecimento de contratos com previsões de indenização em caso de reversão dos sistemas de água e esgoto do poder concedente.

Provisão para perdas de crédito esperadas

A composição da provisão para perdas de crédito esperadas em relação às contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	30/06/2024	31/12/2023
Títulos vencidos	133.811	118.448
Provisão para redução ao valor recuperável	4.623	15.363
	<u>138.434</u>	<u>133.811</u>

A Companhia avalia a existência, a necessidade de constituição de provisão para perda de crédito esperada, a partir de estudo realizado no histórico dos últimos três anos de faturamento e sua perda efetiva, o índice identificado é aplicado como estimativa para os 12 meses prospectivos.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	30/06/2024	31/12/2023
Fornecedores	71.460	81.856
Empréstimos e financiamentos	445.715	421.200
	<u>517.175</u>	<u>503.056</u>
Circulante	106.971	115.257
Não circulante	410.204	387.799

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2024
 (Valores expressos em milhares de Reais)

30 de junho de 2024	valor contábil	fluxo de caixa contratual	até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	38 a 60 meses	Após 61 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores	71.460	71.460	71.460	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	445.715	445.715	35.511	31.857	31.857	31.857	31.601	283.032

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as e taxas de juros, têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	30/06/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente de caixa	14.864	15.197
Contas a receber	118.194	122.407
Aplicações financeiras	73.692	86.361
Depósitos em garantia	10.068	9.652
	<u>216.818</u>	<u>233.617</u>
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	445.715	421.200
	<u>445.715</u>	<u>421.200</u>

A seguir, apresentam-se as análises de sensibilidade para os riscos de mercado relevantes, a que a Companhia está suscetível.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – elevação das taxas:

Instrumentos	Exposição 2024	Risco	Taxa de juros efetiva (%)	Provável (%)	Valor (R\$)	Elevação do índice em 25% (%)	Valor (R\$)	Elevação do índice em 50% (%)	Valor (R\$)
Passivos financeiros									
Financiamentos	445.715	UPR	6	6	26.743	7,5	33.429	9	40.114
	<u>445.715</u>				<u>26.743</u>		<u>33.429</u>		<u>40.114</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas:

Instrumentos	Exposição 2024	Risco	Taxa de juros efetiva (%)	Provável (%)	Valor (R\$)	Redução do índice em 25% (%)	Valor (R\$)	Redução do índice em 50% (%)	Valor (R\$)
Passivos financeiros									
Financiamentos	445.715	UPR	6	6	26.743	4,5	20.057	3	13.371
	<u>445.715</u>				<u>26.743</u>		<u>20.057</u>		<u>13.371</u>

Valor justo x valor contábil

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação:

	Valor contábil		Valor justo	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	14.864	4.939	14.864	15.197
Aplicações financeiras	73.692	116.808	73.692	122.407
Contas a receber	118.194	111.314	118.194	86.361
Depósitos em garantia	10.068	7.671	10.068	9.652
	<u>216.818</u>	<u>240.732</u>	<u>216.818</u>	<u>233.617</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores e outras contas a pagar	93.272	63.387	93.272	110.457
Empréstimos e financiamentos	445.715	345.165	445.715	421.200
	<u>538.987</u>	<u>408.552</u>	<u>538.987</u>	<u>531.657</u>

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado justo.

Caixa e equivalentes de caixa. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Os saldos de outros investimentos correspondem aos valores justos calculados com base nas aplicações financeiras da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

As contas a receber e fornecedores decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Os empréstimos e financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratar de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, não negociáveis em mercado ativo:

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2024			31/12/2023		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalente de caixa	-	14.864	-	-	15.197	-
Aplicações financeiras	73.692	-	-	86.361	-	-
Contas a receber	-	118.194	-	-	122.407	-
Depósitos em garantia	10.068	-	-	9.652	-	-
	<u>83.760</u>	<u>133.058</u>	<u>-</u>	<u>96.013</u>	<u>132.604</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	93.272	-	-	110.457
Empréstimos e financiamentos	-	-	445.715	-	-	421.200
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>538.987</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>531.657</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

26. Cobertura de seguro

A Companhia adota a política de não contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Há seguros contratados somente contra terceiros.

27. Aspectos ambientais

As instalações da Companhia consideram que suas atividades de saneamento básico e tratamento de esgoto sanitário estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas.

28. Resultados por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias conforme demonstrativo a seguir:

	30/06/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	36.120	69.130
Número de ações	283.241.754	283.241.754
Lucro por ação do capital social (Reais)	0,13	0,24